FUNCIONÁRIO COM PROFISSÃO PARTICULAR — SINDICALIZAÇÃO

— O que a lei proíbe ao funcionário é sindicalizar-se como tal, mas não que faça parte de associações de classe a que correspondam as atividades particulares que exerce.

— Como sindicalizado, pode o funcionário perceber a gratificação fixada em lei para os integrantes de órgão de deliberação coletiva.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

PROCESSO N.º 4.841-43

Surtem, no processo, três questões :

- a) a designação de funcionário, para integrar órgão de deliberação coletiva, como delegado de sindicato a que pertence, em função da profissão particular que possui;
- b) a percepção de gratificação que é concedida aos componentes daquele órgão; e
- c) a autoridade competente para dar posse.

A questão inicial não oferece dúvidas, porque a lei proíbe ao funcionário é sindicalizar-se como tal, mas não impede que faça parte de associações de classe a que correspondam as atividades particulares que exerça, ressalvadas as restrições estatutárias.

Quanto à percepção da gratificação, é preciso distinguir, no caso concreto, a qualidade de funcionário e de sindicalizado.

Como funcionário, poderá o interessado percebê-la, porque exclui o E.F. a de órgão de deliberação coletiva, quando discrimina as vantagens que poderão ser percebidas *cumulativamente*, mas em correspondência com a função principal (art. 212), para, no art. 213, permitir o seu recebimento, sem a restrição apontada.

Como pessoa estranha ao serviço público, não se lhe aplicaria o E.F. e, conseqüentemente, não estará sujeito às suas disposições.

Finalmente, a posse deverá ser dada pela D.P., na forma do E.F. Sendo assim, a D.F. opina, no caso concreto :

- a) por que o interessado poderá ser empossado, pelo diretor da D.P.T. ;
- b) por que poderá receber a gratificação fixada em lei ; e
- c) por que seja o processo restituído ao Sr. ministro do Trabalho. — D.F., 7-7-43. — *Paulo Lira, D.D.*

Aprovado. Em 12-7-43. — *Luís Simões Lopes, presidente.*